



Senado e Câmara retomam trabalho com 17 MPs em pauta

Pedro Franco/Agência Senado — 12/7/2017



Plenário do Senado deverá votar a maioria das medidas provisórias neste mês e em setembro, antes das eleições gerais

Com o fim do recesso parlamentar de julho, senadores e deputados devem voltar a analisar medidas provisórias editadas neste ano. Seis delas já estão prontas para votação nos Plenários das duas Casas

Ações para viabilizar o acordo do governo que encerrou a greve dos caminhoneiros são o foco de algumas das 17 medidas provisórias que o Senado e a Câmara dos Deputados precisam analisar e votar neste semestre. A maioria das MPs deverá ser votada neste mês e em setembro, antes das eleições de outubro.

Seis medidas provisórias já estão prontas para entrar na pauta de votação dos Plenários das duas Casas — entre elas, a que trata da reserva de fretes da Conab e a que estende a dispensa de pagamento de pedágio do eixo suspenso de caminhões.

Outras MPs ainda precisam passar pela análise de comissões mistas. **3**

Sancionada lei que cria o Ministério da Segurança **4**

Constituição é tema de série da Rádio Senado **2**

Dia Nacional de Doenças Raras é instituído **4**

Lei que regula profissão de físico é sancionada **2**

Mártires baianos entram no Livro dos Heróis da Pátria **4**

Comissão quer conclusão de obras no Rio São Francisco este ano

A Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo quer pressionar o Poder Executivo a concluir até o fim do ano a obra de transposição de águas do Rio São Francisco. Depois de ouvir, no primeiro semestre, representantes do Ministério da Integração Na-

cional em quatro audiências sobre o tema em Brasília e no Rio Grande do Norte, os integrantes da comissão vão promover agora uma atividade na Paraíba, um dos estados a serem beneficiados, junto com Ceará, Pernambuco e Rio Grande do Norte. **2**

Delfim Martins/PAC



Obras de transposição do Rio São Francisco em Cabrobó, em Pernambuco

Planos de saúde serão prioridade em colegiado

A Comissão de Assuntos Sociais deve priorizar neste semestre as discussões sobre reajustes de planos de saúde e a atuação da Agência Nacional de Saúde Suplementar, afirma a presidente do colegiado, Marta Suplicy.

A senadora comemorou a revogação de norma da ANS que permitiria aos planos cobrar dos usuários até 40% do valor de cada procedimento, como consultas e exames, além de estabelecer limites para gastos. **4**



Marta (2ª à dir.) quer priorizar as discussões sobre reajustes de planos de saúde e a transparência na atuação da ANS

Genaldino Magalhães/Agência Senado — 11/7/2018

Senado avalia venda de distribuidoras de energia

Na volta do recesso, os senadores devem analisar a desestatização da Eletrobras. O projeto em tramitação na Câmara teve a votação adiada para pelo menos após as eleições de

outubro. No entanto, os deputados aprovaram uma proposta, já no Senado, que abre caminho para a venda de seis distribuidoras de energia do Norte e do Nordeste. **3**

JOVEM SENADOR 2018
A CONSTITUIÇÃO CIDADÃ
30 anos depois

Estudantes do ensino médio de escolas públicas estaduais ou do DF podem participar do concurso de redação do Senado Federal.

www.senado.leg.br/jovemsenador

(61) 99187-2248

/senadofederal

0800 612211

Parceria:

consed

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

SENADO FEDERAL

Realização:

SENADO FEDERAL

Rio São Francisco: Senado volta a debater transposição

Comissão de Desenvolvimento Regional quer pressionar o Executivo a entregar as obras até o fim do ano para garantir o acesso à água em Pernambuco, Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte

A TRANSPOSIÇÃO DE águas do Rio São Francisco mobilizou a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) no primeiro semestre do ano e deve permanecer na pauta a partir de agosto. Depois de ouvir representantes do Ministério da Integração Nacional em quatro audiências públicas sobre o tema em Brasília e no Rio Grande do Norte, os integrantes da CDR promovem uma quinta atividade na Paraíba. O objetivo é pressionar o Poder Executivo a entregar a obra concluída até o final deste ano.

De acordo com os senadores, o projeto deve beneficiar 12 milhões de pessoas em 396 municípios de Ceará, Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte. São 477 quilômetros de obras nos eixos norte e leste, 27 reservatórios com barragens, 4 túneis, 13 aquedutos e 9 estações de bombeamento. A obra é orçada em R\$ 9,6 bilhões.

O Ministério da Integração Nacional garante que as águas do Rio São Francisco chegarão aos quatro estados nordestinos ainda este ano. Em março, o então ministro Helder Barbalho esteve no Senado e manifestou otimismo com o projeto.

— Nossa previsão é de que até junho estaremos entregando água para o Ceará. A partir daí, é apenas o caminho das águas — afirmou.

Apesar da previsão inicial, as águas do São Francisco ainda não chegaram ao Ceará. O ministro da Integração Nacional, Pádua Andrade, refez as contas e anunciou para agosto a conclusão das obras no estado. Só depois disso a transposição deve chegar à Paraíba e ao Rio Grande do Norte. Pádua Andrade também participou de uma audiência pública na CDR. Em junho, ele afirmou que o Poder Executivo teve “problemas” com a empresa contratada para concluir o último trecho da obra em Pernambuco.

— A empresa que estava



Aldalberto Marques/PAC

Conclusão das obras no Rio São Francisco pode acontecer neste ano

dando andamento à obra não atingiu o cronograma previsto. Fizemos uma rescisão unilateral e contratamos a próxima, a quarta colocada na licitação. Ela fez uma mobilização rápida e vamos estar lá com 3 mil funcionários — disse.

A presidente da CDR, Fátima Bezerra (PT-RN), afirmou que a comissão tem feito “uma verdadeira trincheira” na fiscalização da obra.

— Não podemos pensar em desenvolvimento social e econômico se a população não tiver acesso à água em quantidade e qualidade adequadas para o consumo humano — disse.

Futuro

José Agripino (DEM-RN) disse esperar que as águas do São Francisco cheguem ao Rio Grande do Norte até o fim do ano.

— Chegaremos com água até dezembro em função das chuvas que caíram, mas o que vai ser do próximo ano? O que vai ser dos próximos anos?

Lídice da Mata (PSB-BA) advertiu que a transposição de águas não será suficiente se não for acompanhada da revitalização do rio.

— Não há rio a ser transposto: o São Francisco está morrendo e não tem recebido recursos para a sua revitalização. O próprio governo chegou a prever R\$ 7 bilhões em dez anos, e foi considerado pouco

pelo Comitê de Bacias do São Francisco. Mas agora querem dar R\$10 bilhões em 30 anos. Isso é para revitalizar nada!

Em julho, a CDR promoveu mais duas audiências públicas nas cidades de Currais Novos e Apodi, no Rio Grande do Norte. A comissão deve realizar uma quinta atividade na Assembleia Legislativa da Paraíba. Segundo Fátima Bezerra, o objetivo é “conclamar a população” para que a obra não seja adiada. A data do debate ainda não foi confirmada.

O empenho dos senadores com a transposição se reflete no Orçamento da União. As duas emendas apresentadas pela CDR ao projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2019 (PLN 2/2018) tratam do assunto. A primeira, do senador Paulo Rocha (PT-PA), destina recursos às obras de integração com as bacias dos Rios Jaguaribe (Ceará), Piranhas-Açu (Paraíba e do Rio Grande do Norte) e Apodi (Rio Grande do Norte).

A segunda, dos senadores Fátima Bezerra e Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), beneficia a obra de transposição no Canal do Xingó (Bahia).

O presidente do Senado, Eunício Oliveira, também defendeu a transposição do São Francisco.

— Vamos concluir a transposição das águas do São Francisco até setembro ou outubro — declarou.

Regulação da profissão de físico é sancionada com dois vetos

Foi sancionada a Lei 13.691, que regula a profissão de físico. A lei foi publicada no *Diário Oficial da União* no dia 11 de julho, com dois vetos do presidente da República, Michel Temer. O texto é decorrente do Projeto de Lei da Câmara (PLC) 101/2012, do deputado federal Antonio Carlos Mendes Thame (PV-SP).

A nova lei dispõe sobre quem poderá exercer a profissão e quais são as atribuições do físico, sem prejuízo de outras profissões regulamentadas que

se qualifiquem para tanto. O texto também normatiza o registro prévio em conselho competente.

Alegando inconstitucionalidade e contrariedade ao interesse público, o presidente da República vetou os parágrafos que asseguravam o exercício da profissão aos não diplomados e também o que atribuía ao físico, nos grupos ou setores atinentes a sua atuação, a direção de órgãos, departamentos na administração pública, entidades autárquicas e empresas públicas e privadas.

Rádio Senado apresenta série sobre os 30 anos da Constituição

Promulgada em outubro de 1988, a Constituição federal consolidou a volta da democracia ao país. As Rádios Senado e Câmara firmaram uma parceria para a produção de uma série de reportagens sobre o texto da Carta que completa 30 anos em 2018.

A primeira delas foi ao ar na segunda-feira, mas será reprisada até esta sexta. É uma produção da Rádio Câmara, em que a repórter Sílvia Mugnatto fala sobre as garantias e os direitos individuais previstos no texto constitucional. A reportagem trata dos direitos básicos como educação, saúde, alimenta-

ção, moradia, segurança entre outros. Aborda a polêmica sobre a execução das penas para os condenados em segunda instância, trazendo a opinião de juristas favoráveis e contrários ao que foi determinado pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

As mudanças já feitas por meio de emendas constitucionais quanto aos princípios fundamentais e os direitos e garantias fundamentais também são tratadas na série de reportagens.

Programa Conexão Senado:
Até sexta-feira, às 8h30 e às 22h
www.senado.leg.br/radio

HÁ 30 ANOS

“Constituição cidadã” recebeu votos de ampla maioria

Por uma maioria de 403 votos, a Constituinte havia aprovado, em 27 de julho, em segundo turno, o projeto global da nova Carta Magna. O *Jornal da Constituinte* de 1º de agosto noticiou que, do total de 471 parlamentares, apenas 13 haviam se colocado contra a iniciativa, e outros 55 se abstiveram de votar. “O Brasil disporá de uma Constituição cidadã, contra a fome e a miséria”, anunciou o presidente da Assembleia, Ulysses Guimarães.

Veja esta edição do *Jornal da Constituinte*: <http://bit.ly/JornalConstituinte56>

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Eunício Oliveira
Primeiro-vice-presidente: Cássio Cunha Lima
Segundo-vice-presidente: João Alberto Souza
Primeiro-secretário: José Pimentel
Segundo-secretário: Gladson Cameli
Terceiro-secretário: Antonio Carlos Valadares
Quarto-secretário: Zeze Perrella
Suplentes de secretário:
 Eduardo Amorim, Sérgio Petecão,
 Davi Alcolumbre e Cidinho Santos

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Angela Brandão
Coordenadora-geral: Ana Lucia Romero Novelli
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Coordenador-geral: Sílvio Burlé
Coordenação de Cobertura: Paola Lima
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Sá
Serviço de Arte: Bruno Bazílio

Jornal do Senado

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

Diagramação: Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado, do *Jornal do Senado*, da Rádio Senado e da TV Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Senado e Câmara precisam analisar 17 MPs

Seis medidas provisórias já estão prontas para a pauta de votação nos Plenários das duas Casas, enquanto outras ainda devem passar pelo exame das comissões mistas

COM O FIM do recesso parlamentar, encerrado ontem, senadores e deputados federais retomam os trabalhos legislativos com 17 medidas provisórias para serem analisadas e votadas. A maioria delas deverá ser votada neste mês e em setembro, antes das eleições gerais de outubro. Algumas são relativas ao acordo do governo federal para acabar com a greve dos caminhoneiros.

A MP 829/2018 está pronta para ser incluída na pauta de votações do Senado. A MP autorizou a prorrogação por até um ano de 187 contratos dos Ministérios da Cultura, do Desenvolvimento Social e da Ciência e Tecnologia. A nova data-limite para os contratos é 15 de agosto de 2019. A medida já foi aprovada em comissão mista e no Plenário da Câmara dos Deputados, restando apenas a votação no Plenário do Senado. O texto deve ser votado até 14 de setembro para não perder a eficácia.

Outra medida pronta para análise é a MP 845/2018, a mais recente editada pelo presidente da República, Michel Temer. A MP criou o Fundo Nacional de Desenvolvimento Ferroviário. O fundo funcionará por cinco anos e terá como objetivo ampliar a capacidade logística do Sistema Ferroviário Nacional.

Outras quatro MPs já foram aprovadas

em comissões mistas e estão prontas para serem votadas pela Câmara, que em seguida deverá enviá-las ao Senado. A MP 831/2018 reservou 30% do frete contratado pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) para cooperativas de transporte autônomo, sindicatos e associações de autônomos. A MP 833/2018 estende para as rodovias estaduais, distritais e municipais a dispensa de pagamento de pedágio do eixo suspenso de caminhões. Já a MP 837/2018 instituiu uma indenização de caráter temporário e emergencial ao policial rodoviário federal que, voluntariamente, trabalhar durante o repouso remunerado.

A MP 840/2018 criou 164 cargos em comissão do Grupo de Direção e Assessoramento Superiores (DAS) para atender necessidades da área de segurança pública do governo. Os cargos foram destinados ao Ministério de Segurança Pública, criado em fevereiro.

Comissões mistas

Três MPs aguardam votação em suas respectivas comissões mistas. A MP 830/2018 extinguiu o Fundo Soberano do Brasil (FSB). Criado em 2008 como uma reserva financeira para o país enfrentar crises econômicas, o fundo

tinha, até o final de 2017, um patrimônio de R\$ 26 bilhões. Os recursos serão usados pelo governo para o pagamento da dívida pública federal.

A MP 836/2018 revoga, a partir de 1º de setembro, o Regime Especial da Indústria Química (Reiq), que reduz a tributação do setor petroquímico. O Reiq favorece empresas petroquímicas na compra no mercado interno ou na importação de produtos como nafta petroquímica, etano, propano e butano.

Já a MP 838/2018 autorizou o governo a subsidiar parte dos custos dos produtores e importadores de óleo diesel. A medida visa reduzir o preço do combustível na refinaria, com efeito sobre o valor final do litro do diesel nos postos.

Instalação

São sete as medidas provisórias que estão aguardando instalação de comissões mistas para analisá-las. As MPs 828/2018 e 834/2018 tratam da prorrogação do prazo para adesão ao chamado Refis do Funrural. A MP 835/2018 autorizou a disponibilização imediata dos estoques de milho em grão da Conab para os criadores de aves e suínos e as empresas de processamento de ração animal de todo o país.

A MP 841/2018 direcionou parte da

arrecadação das loterias federais para o Fundo Nacional de Segurança Pública. Já a MP 842/2018 anulou a renegociação de dívidas rurais oriundas de financiamentos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), do Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados e do Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária.

A MP 843/2018 instituiu uma nova política industrial para o setor automotivo brasileiro. Chamado de Programa Rota 2030 Mobilidade e Logística, o regime automotivo vai substituir o Inovar-Auto, que vigorou entre 2013 e 2017. Já a MP 844/2018 reformulou o marco legal do setor de saneamento básico.

A MP 839/2018 está sendo analisada pela Comissão Mista de Orçamento (CMO), e não por comissão mista. Isso porque ela abre crédito extraordinário no Orçamento da União. A MP destina R\$ 9,5 bilhões ao Ministério de Minas e Energia, para viabilizar o subsídio ao óleo diesel — uma das medidas das negociações do governo com os caminhoneiros. O Ministério da Defesa ficou com o restante (R\$ 80 milhões), para custear a atuação das Forças Armadas durante a greve dos caminhoneiros.

Com Agência Câmara

Destino do Sistema Eletrobras aguarda decisão dos senadores

Os senadores voltam do recesso com a missão de analisar um assunto polêmico e de grande importância para o governo: a desestatização da Eletrobras. O projeto (PL 9.463/2018, em tramitação na Câmara) teve a votação adiada para após as eleições de outubro. No entanto, os deputados aprovaram outra proposta que abre caminho para a venda de seis distribuidoras de energia do Norte e Nordeste. O texto já está no Senado (PLC 77/2018) e vai tramitar com urgência.

Para o senador Eduardo Braga (MDB-AM), cada uma das concessionárias precisa ser analisada separadamente, pois existem companhias já em condições de serem entregues à iniciativa privada e outras cuja privatização é inviável:

— A Amazonas Energia tem dívida de R\$ 20 bilhões com a Petrobras. Como privatizar uma empresa que deve esse valor sem um impacto gigantesco na conta de luz paga pelos consumidores? Sem falar de outras questões regulatórias que precisam ser saneadas antes da privatização.

Também são objeto da proposta a Companhia de Eletricidade do Acre (Eletroacre), a Companhia de Energia do Piauí (Cepisa), as Centrais Elétricas de Rondônia (Ceron), a Companhia Energética de Alagoas (Ceal) e a Boa Vista Energia, de Roraima.

Para a senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), o fato



Usina Hidrelétrica Dardanelos, no Rio Aripuanã, no noroeste de Mato Grosso, faz parte do Sistema Eletrobras

de o PLC 77/2018 não ter sido votado antes do recesso significou um fôlego extra para que seja discutido com mais tempo.

— Diante da iminência de não poder privatizar imediatamente o Sistema Eletrobras como um todo, o governo tenta mostrar serviço para o mercado, vendendo inicialmente seis distribuidoras. Acontece que, no entorno dessa possível privatização, há algo criminoso contra a população da Região Norte e contra o país.

Vanessa afirmou ainda que a Amazonas Energia é lucrativa somente em Manaus.

— Que empresa privada vai querer investir no interior do Amazonas, justamente a região mais necessitada, sem que tenha lucratividade de volta?

Para Magno Malta (PR-ES), a privatização é tema natural-

mente complexo e vai esbarrar também no período eleitoral.

Na visão de José Medeiros (Pode-MT), “cada governo carrega o que pode”.

— Não defendo um Estado nem mínimo nem máximo. Defendo um Estado necessário. O que está se fazendo é para tentar garantir que os serviços essenciais sejam mantidos.

Urgência

O governo tem dito que, se não for aprovado o PLC 77/2018, as seis subsidiárias da Eletrobras no projeto serão liquidadas, visto que os contratos de concessão já estão vencidos. Com a liquidação, os funcionários são dispensados e a empresa tem suas atividades encerradas. Todas enfrentam dificuldades financeiras e operacionais, mas o projeto

determina providências para torná-las mais atraentes aos investidores.

O leilão das seis distribuidoras estava previsto para 26 de julho mas, depois de impetradas ações judiciais, o BNDES anunciou em 18 de julho que irá leiloar as empresas Boa Vista, Amazonas, Eletroacre e Ceron em 30 de agosto. O leilão da Cepisa ocorreu em 26 de julho e o da Ceal segue suspenso por liminar do STF.

O presidente da Câmara, Rodrigo Maia, anunciou que o tema não será votado em 2018. A responsabilidade ficaria com os parlamentares eleitos para a próxima legislatura. De autoria do Poder Executivo, o PL 9.436/2018 chegou em fevereiro à Câmara e foi enviado a uma comissão especial, sob a relatoria do deputado José

Eletrobras/Eletronorte

Carlos Aleluia (DEM-BA). O projeto regulamenta a desestatização do setor por meio da venda de ações das companhias para o setor privado, reduzindo a participação da União no capital das empresas.

CPI

No Senado, o assunto foi tema de audiência na Comissão Senado do Futuro (CSF), em que debatedores revelaram o temor da retirada de recursos estratégicos do país e de um possível aumento nas tarifas de energia para o consumidor.

O presidente da comissão, Hélio José (Pros-DF), anunciou ter recolhido assinaturas de 42 senadores para a criação da CPI do Setor Elétrico. O requerimento foi lido em 23 de maio no Plenário. A intenção é investigar possíveis irregularidades no processo de privatização da Eletrobras.

Criada em 1954, a Eletrobras é uma das cinco maiores geradoras hidrelétricas do mundo em capacidade instalada, com 48 GW em 233 usinas, o que representa 31% da matriz energética brasileira. É a maior transmissora da América Latina, com mais de 72 mil quilômetros de linhas de transmissão, cerca de 49% do sistema brasileiro. O governo alega que a participação da Eletrobras vem perdendo relevância e se reduzirá nos próximos anos, caso não haja uma profunda reestruturação.

Comissão quer investigar ANS e planos de saúde

Marta Suplicy comemora retirada de resolução com novas regras para cobrança de coparticipação em planos. Segundo ela, o tema será uma das prioridades do semestre

A PRESIDENTE DA Comissão de Assuntos Sociais (CAS), Marta Suplicy (MDB-SP), classificou como uma vitória social a decisão da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) de revogar a resolução com novas regras para a cobrança de coparticipação e de franquia em planos de saúde. A Resolução Normativa 433 permitiria aos planos cobrar até 40% do valor de cada procedimento, além de estabelecer limites mensal e anual para gastos dos usuários

A comissão debateu o aumento da participação dos usuários no dia 11 de julho, em audiência com representantes da ANS, do Tribunal de Contas da União (TCU) e do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec).

— Realizamos audiência com a ANS e a cobramos. Questionamos e exigimos transparência, incluindo os aumentos que vêm sendo aplicados aos planos, aumentos abusivos. A pressão da sociedade e de seus representantes, essa grande indignação, deu nesse resultado em favor dos usuários. Mas seguiremos trabalhando por mais transparência e discussões nesta política de reajustes — afirmou a senadora em sua página no Facebook.

Por meio de nota, a ANS admite que revogou a norma “devido às manifestações de apreensão da sociedade”. No texto, a agência afirma que realizará nova audiência, que contará com amplo acesso de todas as partes interessadas no tema. “Nos reuniremos com as principais instituições públicas que se



Presidente da comissão, Marta quer aprofundar neste semestre debate sobre a atuação e a transparência da ANS

manifestaram, com o objetivo de ouvir suas sugestões visando à construção de um entendimento uniforme”, informa a ANS.

Segundo Marta, a comissão vai aprofundar o debate sobre a atuação e a transparência da agência.

— Vamos exigir respostas da agência, que tem sim a obrigação, como órgão regulador, de atender o interesse dos usuários. A palavra é transparência! Vamos abrir a caixa preta dos planos de saúde. Queremos a redução dos custos já!

Clareza

Para a senadora, é preciso garantir clareza quanto à forma com que a ANS determina os aumentos anuais dos planos de saúde. Ela pondera que os reajustes dos planos coletivos, que não têm limite anual para aumento, influenciam decisivamente os reajustes dos planos individuais.

— As pessoas não têm, individualmente, a mesma força de grupos para fazer negociações com o mercado. Portanto, a ANS tem de rever esses aumentos e a metodologia dos cálculos. Deixar tudo às claras. Na volta do recesso, retomaremos isso certamente, com amplo apoio dos senadores. Não vamos tolerar mais abusos desse setor — afirmou.

Pauta de votações

Além da continuidade do debate sobre os planos de saúde, a CAS tem em pauta no segundo semestre 262 proposições, sendo 223 projetos de lei do Senado, 34 projetos de lei da Câmara, 2 emendas e 3 substitutivos da Câmara a projetos do Senado.

Uma das propostas mais polêmicas é a que descriminaliza o cultivo da maconha para uso medicinal (PLS 514/2017). Marta anunciou que apresentará em breve

relatório sobre a proposta. O texto, segundo ela, será pautado logo que estiver pronto.

A presidente da CAS ressaltou que o projeto já tem mais de 107 mil apoiantes no Portal e-Cidadania e que a maconha medicinal já é regulamentada nos Estados Unidos, na Inglaterra e em Portugal.

Em entrevista à TV Senado, ela adiantou parte do relatório.

— Vamos começar o cultivo medicinal provavelmente através de cooperativas, porque se fizer o cultivo medicinal pessoal vai dar uma confusão danada. Como é que vai fiscalizar o cultivo pessoal? Não existe capacidade de fiscalização. Mas vamos trazer uma proposta focada em baratear o custo do tratamento de doenças, à eficácia desses tratamentos e também evitar traumas relativos à repressão policial — disse.

A CAS também poderá

apreciar uma proposta de modernização da legislação que trata da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). A proposta, que ainda está sendo finalizada, é fruto de um grupo de trabalho da comissão com a Consultoria Legislativa do Senado.

O objetivo do novo marco regulatório será criar um sistema com mais inovação e menos burocracia. Uma das medidas vista como prioritária é, no caso do registro de medicamentos inovadores, deixar de cobrar a obrigação de que sejam registrados no país de origem. Um projeto com teor semelhante já tramita na CAS (PLS 8/2018).

Registro especial

Outro projeto em estudo na CAS é a concessão de registros especiais temporários de medicamentos e produtos para a saúde (PLS 203/2018). O registro teria a validade de um ano e, na prática, liberaria a utilização de medicamentos já testados e autorizados em outros países, durante a fase final de análise por parte da Anvisa. A proposta aguarda relatório da senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM).

A comissão também pretende fortalecer, por meio de projeto de lei (PLC 61/2018), a atuação de fiscalização dos conselhos profissionais na área da saúde. O objetivo é evitar casos como o do médico Denis Furtado — mais conhecido como Dr. Bumbum —, investigado pela morte da bancária Lilian Calixto, após um procedimento estético, no Rio de Janeiro. A proposta aguarda relatório do senador Jorge Viana (PT-AC).

Nomes de mártires da Bahia serão inscritos no Livro dos Heróis da Pátria

Os nomes de Maria Quitéria de Jesus Medeiros, Sórora Joana Angélica de Jesus, Maria Felipa de Oliveira e João Francisco de Oliveira (João das Botas), mártires da Independência na Bahia, serão inscritos no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria. A Lei 13.697, que inclui os nomes no livro, foi publicada no dia 27 de julho no Diário Oficial da União.

A lei tem origem no PLS 535/2011, aprovado em 2015 no Senado. A proposta foi uma iniciativa da senadora Lídice da Mata (PSB-BA), do senador licenciado Walter Pinheiro (sem partido-BA) e do ex-senador João Durval.

Durante a discussão do projeto na Comissão de Educação e Cultura (CE), Lídice

relatou a atuação dos quatro na luta pela Independência do Brasil no estado. Travestida de soldado, Maria Quitéria destacou-se pelo heroísmo em diversas batalhas contra as forças colonialistas. Sórora Joana Angélica foi a freira que morreu defendendo seu convento e as monjas do ataque de militares portugueses. Maria Felipa comandou uma resistência de caráter popular às tropas e embarcações portuguesas na Ilha de Itaparica. João das Botas, marinheiro português convertido à causa da Independência, comandou a Flotilha Itaparicana.

O Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria é guardado no Panteão da Pátria, na Praça dos Três Poderes, em Brasília.

Sancionada e publicada lei que cria o Ministério da Segurança Pública

A Lei 13.690, que cria o Ministério Extraordinário da Segurança Pública e transforma o Ministério da Justiça e Segurança Pública em Ministério da Justiça, foi publicada no dia 11 de julho no Diário Oficial da União. O texto, aprovado com vetos pelo presidente da República, Michel Temer, é decorrente de um projeto de lei de conversão (PLV 16/2018) apresentado pelo senador Dário Berger (MDB-SC) como alternativa à Medida Provisória 821/2018.

É de competência do novo ministério a articulação com os órgãos dos entes federativos (Distrito Federal, estados e municípios) e as entidades de coordenação e supervisão das atividades de segurança

pública. À pasta, também cabe planejar e administrar a política penitenciária nacional.

Pelo PLV, todos os órgãos federais de policiamento ficariam sob a jurisdição do novo ministério: polícias federal, rodoviária federal e ferroviária federal. No entanto, o veto do presidente da República exclui da estrutura o Departamento de Polícia Ferroviária Federal e as guardas portuárias.

Também foram vetadas por Michel Temer a criação do Instituto Nacional de Estudos sobre Segurança Pública (Inesp) e a autorização para o ministro da Segurança Pública solicitar militares das Forças Armadas ao Presidente da República.

Instituído Dia Nacional de Doenças Raras

O último dia do mês de fevereiro será conhecido como o Dia Nacional de Doenças Raras. É o que estabelece a Lei 13.693, publicada em 11 de julho. A nova norma tem origem no PLS 159/2011, do ex-senador Eduardo Suplicy.

De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), uma doença é definida como rara quando atinge até 65 pessoas a cada 100 mil indivíduos.

No Brasil, existem cerca de 13 milhões de pacientes afetados por doenças raras. O objetivo é chamar a atenção das pessoas, organizações de pacientes, profissionais de saúde, pesquisadores e autoridades de saúde pública.